

## CIVILIZAÇÃO E DESTRUTIVIDADE: UMA LEITURA DOS TEXTOS CULTURAIS DE FREUD

José Oto Konzen  
Professor da UFT – Campus de Miracena  
Doutorando em Educação – UFG  
Comunicação livre  
Cultura e processos educacionais

O trabalho investiga a natureza da hostilidade dos indivíduos contra a civilização, tomando por base os textos culturais de Freud. Particularmente, *Reflexões para tempos de guerra e morte*, *Psicologia de grupo e análise do ego*, *O futuro de uma ilusão* e *Mal-estar na civilização*. A tese central é que o descompasso existente entre o desenvolvimento técnico e humano e entre o desenvolvimento social e individual repousa sobre o caráter repressivo da civilização, que tem por base a idealização cultural. Em razão deste descompasso, a revolta dos indivíduos contra as exigências da civilização tende a converter-se em revolta contra o princípio da civilização, assumindo formas regressivas e pré-civilizatórias. De acordo com a tese freudiana, a passagem da natureza para a civilização repousa sobre uma disposição específica das forças da natureza, que reúne em si princípios aparentemente contrários, o amor e o ódio, a pulsão de vida e de morte. A comunidade humana resultante constitui-se numa transcendência da vida instintiva primária e é mediada pelos processos de identificação e de sublimação. Segundo Freud, a civilização ocidental ampliou as exigências da comunidade primitiva para o âmbito universal, desenvolvimento que ele define como idealização. É no contraponto entre sublimação e idealização que se fundamenta o descompasso existente entre o desenvolvimento individual e social. É neste âmbito que se situa também a defesa freudiana da civilização, assim como sua aposta na ciência.

Palavras chave: civilização, destrutividade, sublimação.

### Introdução

O objetivo do trabalho é investigar a natureza da hostilidade dos indivíduos contra a civilização, tomando por base as interpretações de Freud presentes em textos específicos de sua investigação, conhecidos em geral por textos culturais. Particularmente, *Reflexões para tempos de guerra e morte*, de 1915; *Psicologia de grupo e análise do ego*, de 1921; *O futuro de uma ilusão*, de 1927, e *Mal-estar na civilização*, de 1929. Como evidenciam as datas das publicações, Freud desenvolveu sua análise ao longo da segunda e terceira décadas do século XX, momento em que a burguesia se despedia do seu período áureo – para usar uma expressão do historiador Hobsbawm – e ingressava num período nebuloso, marcado pelo surgimento da primeira guerra mundial, pelas lutas e revoluções operárias, pela afirmação de movimentos conservadores e totalitários e pela emergência da grande crise econômica. A dicotomia entre indivíduo e civilização, que está na base da concepção burguesa, aparece de forma explícita na análise freudiana, que tem por especificidade conferir-lhe uma interpretação psicológica profunda. O reconhecimento da destrutividade como uma disposição que integra a civilização, precisamente num momento histórico em

que a civilização é exaltada como caminho para a humanização do homem, resulta então na necessidade de explicitar a natureza da própria civilização.

Além dos textos “culturais”, o trabalho recorre também a passagens de *Totem e tabu*, de 1913, *Sobre o narcisismo*, de 1914, *O ego e o id*, de 1923, e *Além do princípio do prazer*, de 1920.

## 1. A concepção de civilização e a natureza da destrutividade

Em *O futuro de uma ilusão* e *Mal-estar na civilização*, Freud explicita sua concepção de civilização, estabelecendo um contraponto com a vida natural e destacando suas dimensões fundamentais, a saber, a conquista do domínio técnico sobre a natureza (poder sobre as forças externas) e a organização das relações entre os homens (domínio das forças da natureza interna). Segundo sua análise, embora interdependentes, seu desenvolvimento não se constitui em algo necessariamente harmonioso.

A palavra civilização descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuítos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos. (FREUD, 1929, p. 151)

A civilização humana, expressão pela qual quero significar tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais – e desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização –, apresenta, como sabemos, dois aspectos ao observador. Por um lado, inclui todo o conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair a riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas; por outro, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente, a distribuição da riqueza disponível. As duas tendências da civilização não são independentes uma da outra. (FREUD, 1927, p. 88)

Embora não desmereça os condicionantes econômicos e sociais subjacentes às revoltas dos indivíduos contra a civilização, sua perspectiva de análise traz para o centro da discussão os condicionantes psíquicos sobre os quais repousa a emergência do próprio progresso material e a falta de correspondente progresso humano. Trata-se de compreender a base psíquica subjacente à lógica do desenvolvimento da civilização, que resulta no descompasso entre a capacidade técnica e de desenvolvimento humano. Isto nos leva a buscar identificar o princípio fundamental da civilização que, segundo a hipótese freudiana, repousa sobre a constituição da unidade social primária: a família.

Freud reporta-se à família primitiva para indicar a formação prototípica do desenvolvimento do psiquismo humano. A passagem da condição natural para uma condição “humana” ou “civilizada” é evidenciável no contraponto que se estabelece entre dois momentos analíticos. O primeiro, marcado pela manifestação do poder e do arbítrio de um homem livre sobre a mulher e os filhos, vinculado à realização de seu desejo sexual (objetal). O segundo, constituído pela interiorização da proibição de ocupar o lugar do pai e pela emergência do amor afetivo entre os irmãos, que dará origem à primeira comunidade humana. Esta perspectiva foi apresentada pela primeira vez em *Totem e tabu*, onde Freud (1913) oferece uma interpretação psicológica aos resultados das pesquisas antropológicas que marcaram o período, interpretação que ele incorpora em seus textos tardios. Segundo o

autor, o ponto de partida das transformações é a fixação do pai no interior da família primitiva.

quando isto aconteceu, o macho adquiriu um motivo para conservar a fêmea junto de si, ou, em termos mais gerais, seus objetos sexuais, a seu lado, ao passo que a fêmea, não querendo separar-se de seus rebentos indefesos, viu-se obrigada, no interesse deles, a permanecer com o macho mais forte. Na família primitiva, falta ainda uma característica essencial da civilização. A vontade arbitrária de seu chefe, o pai, era irrestrita. (FREUD, 1929, p. 158)

Na hipótese freudiana, as restrições impostas aos filhos pelo pai todo-poderoso com a finalidade de manter o monopólio sobre as mulheres originaram o ciúme e o desejo de vingança, impulsos associados à insatisfação dos desejos sexuais. Todavia, do ponto de vista natural, seu poder individual era incapaz de levar a termo sua vingança, o que teria resultado na sua união em busca da realização do seu objetivo, culminando na execução do pai e no seu devoramento coletivo. Essa execução e devoramento, contudo, não teria resultado numa liberação efetiva dos desejos incestuosos, mas na interiorização da restrição externa, imposta a si mesmos por um ato de vontade. A este processo estariam associadas as restrições civilizatórias fundamentais: a proibição de matar e de prática do incesto e do canibalismo. Em contrapartida, emergiriam relações amorosas inibidas em sua finalidade e convertidas em amizade e amor afetivo entre os irmãos, dando origem à primeira comunidade humana.

sobrepujando o pai, os filhos descobriram que uma combinação pode ser mais forte do que um indivíduo isolado. A cultura totêmica baseia-se nas restrições que os filhos tiveram de impor-se mutuamente, a fim de conservar esse novo estado de coisas. Os preceitos do tabu constituíram o primeiro 'direito' ou 'lei'. (...) O primeiro resultado da civilização foi que mesmo um número bastante grande de pessoas podia agora viver reunido numa comunidade. (FREUD, 1929, p. 159)

A passagem ilustra que a referência analítica freudiana é o modelo de família patriarcal subjacente à civilização europeia em transformação para a condição e família nuclear burguesa. Em termos lógicos, na sua condição primária (primeira geração), a condição da mulher é apresentada como uma condição de desamparo frente às forças naturais, tal qual os filhos. A figura do pai, que vem se alojar no interior da família num determinado momento, constitui uma manifestação do exercício do poder da natureza, do mais forte. Uma imposição que acaba favorecendo a manutenção da vida da mulher e dos filhos, ao mesmo tempo em que restringe sua liberdade, sobretudo a sexual, aos limites do desejo primário masculino. Todavia, em razão de seu caráter impositivo, esta condição primária não poderia resultar numa afirmação social estável, já que sua aceitação estava condicionada por limites naturais, quais sejam, a falta de uma força capaz de contrapor-se.

Segundo a análise freudiana, a transformação da condição natural (da primeira geração) para a civilizatória (segunda geração) está vinculada às mudanças fundamentais que ocorrem na esfera do psiquismo masculino. Trata-se de uma transformação do amor sexual (objetal) em amor afetivo e da substituição do poder-força pelo exercício de um poder regrado e compartilhado entre irmãos. E é a pergunta pelo que torna possível essa transformação, isto é, pela aceitação da limitação dos impulsos masculinos: a conquista do objeto sexual e o deferimento da agressividade mortífera contra o que impede sua realização.

De acordo com o autor, após a execução do pai, os irmãos se veriam tomados pelo sentimento de remorso. Este não estaria relacionado à condição primitiva, onde a exteriorização da agressividade era comum e carecia de evidência culposa, como testemunha a condição do pai todo-poderoso. Sua origem estaria associada ao convívio dos filhos com o pai, com o qual teriam se identificado. A convivência teria feito com que os filhos (irmãos) desenvolvessem em relação a ele um sentimento de amor e de admiração, fazendo com que se esforçassem para tornar-se igual a ele, inclusive para assumir a sua condição. A ambigüidade do sentimento dos filhos em relação ao pai emergiria a partir do momento em que a presença deste teria se constituído mais como limite do que como possibilidade de satisfação de seus desejos, ou seja, quando seu poder viria a impedir que fossem de fato como o pai, que pudessem dispor do objeto do desejo tal qual o pai. Nesse contexto, exteriorizariam sua impulsividade destrutiva (mortífera) sobre o mesmo. Todavia, após a manifestação da agressão, emergiria para o primeiro plano o sentimento de amor e de admiração derivados do processo identificatório, ao qual Freud credits a emergência do remorso e do sentimento de culpa presentes no âmbito do psiquismo humano. O sentimento de culpa, que faz com que o pai morto se apresente como alguém amado, faria com que o ato cometido fosse repudiado, e com ele, os sentimentos que estão na sua origem, a manifestação da agressividade e do amor incestuoso. O que se proíbe, portanto, é a ocupação efetiva do lugar do pai, nas duas dimensões: de possuir as mulheres e de matar a quem o impede.

Embora o acento interpretativo da análise freudiana recaia em geral sobre a ambigüidade dos sentimentos relacionados à figura paterna, importa destacar a participação feminina na constituição do psiquismo filial. A ela vincula-se o movimento de unificação dos irmãos em busca da realização dos seus desejos, sem o que não teria sido possível o destronamento do pai. Se esta hipótese estiver correta, no processo de convivência entre a mãe e os filhos (irmãos), a base da identificação materna é marcada por um amor “desinteressado”, isto é, de natureza não sexual ou objetal, e vinculado ao cuidado exigido para a preservação da vida, de natureza distinta da identificação paterna, que é associada ao desejo de ser forte e dominador. Se a identificação com o amor materno está na base da constituição da comunidade dos irmãos, o que se segue ao ato da execução do pai, a confirmação da vida comunitária, associa-se à identificação paterna. É nesse sentido que Freud pode dizer que o surgimento da civilização repousa sobre o amor, já que é sobre ele que se funda e se confirma a vida da comunidade.

Não é, portanto, o amor do pai pelos filhos que assegura a passagem, mas a relação deles para com o pai, pois, ao tomá-lo como modelo, passaram a esforçar-se para assumir o seu lugar, identificando-se com ele. O que é determinante na recusa da continuidade da matança não é a pura necessidade ou convencimento lógico associado à conservação da vida, já que, como nos adverte Freud, este convencimento racional, por si só, seria impotente para reprimir o instinto destrutivo, como, aliás, fica evidente na primeira geração (e por extensão, a todo o reino natural). O que faz os filhos aceitarem a condição de recusa é marcada pela presença da mediação identificatória com a mãe e com o pai. O sentimento de amor e o desejo de continuar sendo amados, de um lado, e a desistência de assumir o lugar do pai e de destruir o que o impede, de outro. Desta forma, a comunidade se funda sobre uma restrição fundamental: ninguém pode dispor das mulheres e nem pode matar o que o impede (os irmãos). E a comunidade de irmãos passa a exercer o poder de punição sobre o indivíduo que não respeita as restrições coletivas. Segundo Freud, reside aí uma

hostilidade primária contra a civilização: o desejo de destruir o que impede a destruição. A base psicológica da revolta contra a civilização.

Trata-se, portanto, de um desejo que não pode ser simplesmente desfeito. Assim, a ambigüidade dos sentimentos com relação ao pai acaba sendo transferida para o interior da civilização, razão pela qual, em princípio, sempre é possível uma emergência do sentimento destrutivo para o primeiro plano. É nisso que reside a possibilidade da regressão. No modelo primitivo que expomos, a relativa eficácia da restrição inicial está vinculada à exigência do cumprimento universal (de todos os componentes do grupo) em associação com a experiência do amor afetivo. Podemos então perguntar-nos: como se dá o avanço da civilização a partir dessa experiência primária familiar em direção à constituição de unidades sociais mais amplas? É possível evitar que essa hostilidade fundante emerja para o primeiro plano, isto é, que não haja um retorno da manifestação da vida pulsional primária?

## 2. Os princípios da vida pulsional e seu destino no desenvolvimento civilizatório

Ao longo do item anterior, reportamo-nos ora à combinação de dois princípios expressos na forma do amor e da necessidade, ora aos princípios da vida pulsional, o instinto de vida (amor) e o instinto de morte (ódio, agressão). Freud trabalha com as duas perspectivas, sobretudo nas obras tardias, pois a existência de um instinto primário de morte foi por ele desenvolvida em *Além do princípio de prazer*. Nessa obra, ao fundamentar esse princípio, Freud faz uma aproximação entre argumentos da biologia e observações clínicas. Enquanto, até então, tomava como fundamentos da vida psíquica o princípio do prazer e o princípio da realidade, a partir dessa obra, passa a identificar o princípio do prazer e o princípio da realidade como vinculados a um mesmo impulso, o da conservação da vida, impulso que passou a denominar “instinto de vida” (amor). A este impulso primário, que busca aproximar e unir elementos para constituição de unidades vitais cada vez mais amplas e mais complexas, contrapõe outro princípio, de natureza destrutiva e agressiva, denominado “instinto de morte”. Embora antagônicos quando tomados separadamente, conjuntamente, eles se revelariam como princípios complementares, de natureza conservadora. No âmbito do psiquismo, o instinto de morte trabalharia pela remoção (anulação) das pressões psíquicas, buscando um estado de equilíbrio que torne a vida suportável. É nesse sentido que na passagem da natureza para a civilização ele aparece como um princípio que se dirige contra a manifestação da própria agressividade primária. Ou seja, a interiorização da proibição constitui-se na verdade numa forma de fazer com que o princípio da agressão se volte contra ele mesmo, contra sua manifestação direta, o que se daria “mediante a injeção de erotismo” (FREUD, 1920, p. 71). É sobre essa condição que se ergueria a civilização. Em *Ego e o id*, ele sintetiza essa inovação teórica (FREUD, 1923, p. 53).

Essa concepção se faz presente no conjunto das análises tardias de Freud. Em *Mal-estar na civilização*, sustenta que “Em tudo o que se segue, adoto, portanto, o ponto de vista de que a inclinação para a agressão constitui, no homem, uma disposição instintiva original e auto-subsistente, e retorno à opinião de que ela é o maior impedimento à civilização” (FREUD, 1929, p. 175). Em *O futuro de uma ilusão*, afirma: “Acho que se tem de levar em conta o fato de estarem presentes em todos os homens tendências destrutivas e, portanto, anti-sociais e anticulturais, e que, num grande número de pessoas, essas tendências são suficientemente fortes para determinar o comportamento delas na sociedade humana” (FREUD, 1927, p. 88-89). E, em *Psicologia de grupo e análise do ego*, afirma:

“As provas da psicanálise demonstram que quase toda a relação emocional íntima entre duas pessoas que perdura por certo tempo – casamento, amizade, as relações entre pais e filhos – contém um sedimento de sentimentos de aversão e hostilidade, o qual só escapa à percepção em consequência da repressão” (FREUD, 1921, p. 112).

Freud denomina o processo de interiorização das proibições como formação de um “superego”. “A coerção externa se torne gradativamente internalizada, pois um agente mental especial, o superego do homem, a assume e a inclui entre seus mandamentos. (...) Quanto maior é o número (dos que a internalizaram) numa unidade cultural, mais segura é a sua cultura e mais ela pode passar sem medidas externas de coerção” (FREUD, 1927, p. 92).

Freud destaca que, embora o sentimento de horror que experimentamos frente às práticas do incesto e do canibalismo evidencie um alto grau de internalização da sua proibição, o mesmo não é extensivo à prática do homicídio, com a qual convivemos diariamente, a ponto de não imaginarmos que um dia poderemos chegar a sua plena supressão, isto é, ao cumprimento do mandamento que proíbe matar. Podemos perceber então que, de acordo com Freud, os homens não são de fato tão bons quanto imaginamos, porque nos acostumamos a creditar-lhe características socializadoras inatas.

os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. (FREUD, 1929, p. 167)

O advento da civilização não significa, portanto, a destruição das forças pulsionais fundamentais, mas a sua funcionalização. Como evidenciado no contexto da análise, uma parte da libido (energia amorosa) é convertida em amor afetivo, sobre o qual repousa a formação de unidades sociais, enquanto outra é integrada ao processo de identificação e convertida em aliado da interiorização da proibição. Uma terceira parte ainda se exterioriza na forma de amor sexual dirigido a um substituto materno (ou paterno, no caso das mulheres), vinculado à constituição do amor conjugal e à reprodução da espécie (FREUD, 1929, p. 161). O amor (Eros) está, portanto, na origem da formação de unidades sociais cada vez mais amplas, constituintes do processo civilizatório

Posso agora acrescentar que a civilização constitui um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar indivíduos humanos isolados, depois famílias e, depois ainda, raças, povos e nações numa única grande unidade, a unidade da humanidade. Porque isso tem de acontecer, não sabemos; o trabalho de Eros é precisamente este. A necessidade, as vantagens do trabalho em comum, por si sós, não as manterão unidas. (FREUD, 1929, p. 175)

Também o instinto de morte (a agressividade) será convertido em civilização. Uma parte da energia pulsional é dirigida contra a natureza externa, na forma de domínio das forças da natureza (transformação pelo trabalho e pela atividade técnico-científica), enquanto outra é dirigida para um controle interior, isto é, voltada contra o próprio instinto agressivo, com o intuito de evitar que a manifestação pulsional se dê de forma direta e

imediate. Outra parte ainda permanece latente em sua forma primária (FREUD, 1923; FREUD, 1929).

### 3. Identificação, idealização e sublimação.

Já nos referimos à importância da “identificação” em termos psíquicos no processo civilizatório. Num sentido genérico, trata-se de tomar outro sujeito como referência para conformação de seu ser, para constituição de sua identidade. Como vimos anteriormente, na interpretação freudiana, ela se dá simultaneamente com a mãe e com o pai. Freud indica a existência de uma diferenciação entre identificar-se com o “ser do pai” ou buscar “ter o pai”. No primeiro caso, estabelece-se um laço com o sujeito. No segundo, com o objeto.

É fácil enunciar numa fórmula a distinção entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. No primeiro caso, o pai é o que gostaríamos de *ser*; no segundo, o que gostaríamos de *ter*, ou seja, a distinção depende de o laço se ligar ao sujeito ou ao objeto do ego. O primeiro tipo de laço, portanto, já é possível antes que qualquer escolha sexual de objeto tenha sido feita. (...) Podemos apenas ver que a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo. (FREUD, 1921, p. 116)

Atentando para a passagem da família primeva para a civilização, percebemos que, se bem sucedida, a identificação resulta no abandono do objeto sexual primário (o amor incestuoso) e da exteriorização da agressividade primária contra o objeto que o impede. Mas, não se limita a essa condição negativa. Ela é também criadora de uma nova realidade: o amor afetuoso e a possibilidade de re-alocação de energia sexual a outro objeto e a afirmação de uma sociabilidade capaz de compartilhar o enfrentamento das forças da natureza pelo trabalho coletivo e pela organização da defesa da vida grupal. Esse movimento de superação da condição instintiva primária é o que Freud concebe como “sublimação”.

Se a condição sublimatória se apresenta como criação de um novo equilíbrio psíquico, nem sempre é isto que se sucede. Freud estabelece uma diferenciação entre idealização e sublimação, diferenciação que assume uma importância capital para o esclarecimento do descompasso emergente entre o desenvolvimento técnico e o desenvolvimento humano em nossa civilização. Em *Sobre o narcisismo*, refere que

A sublimação é um processo que diz respeito à libido objetal e consiste no fato de o instinto se dirigir no sentido de uma finalidade diferente e afastada da finalidade de satisfação sexual; nesse processo, a tônica recai na deflexão da sexualidade. (...) A idealização é um processo que diz respeito ao *objeto*; por ela, esse objeto, sem qualquer alteração em sua natureza, é engrandecido e exaltado na mente do indivíduo. (FREUD, 1914, p. 101)

Essa perspectiva faz com que a superação da condição primária possa ficar a meio caminho. Ou seja, o indivíduo, em razão da singularidade de sua experiência psíquica, pode permanecer vinculado ao objeto sexual primário e pode converter o próprio objeto de identificação em objeto introjetado em seu ego. Nesse caso, instaura-se uma condição em que a sublimação se vê bloqueada. O tipo neurótico se constitui pela não aceitação da perda do objeto sexual, o que faz com que a constituição da idealização do objeto se processe de forma crescente e constitua uma condição restritiva experienciada como impositiva. É

precisamente pelo fato de não abrir mão da perda do objeto sexual primário que aumenta a sua hostilidade contra a restrição civilizatória e, conseqüentemente, sua culpa e sua idealização objetal. Permanece assim duplamente vinculado, ao objeto sexual e à proibição, incapaz de liberar-se. O resultado é o descompasso entre o ideal que se impõe e a capacidade de sublimar. Manifesta-se, sobretudo, na incapacidade de amar. Trata-se de uma condição marcada pelo sofrimento. É a esta condição que Freud se reporta especialmente em *O futuro de uma ilusão*, quando evidencia a existência de uma exigência ideal da civilização que contrasta com o nível de desenvolvimento individual efetivo no contexto histórico em que nos encontramos. Na obra *Sobre o narcisismo*, a condição do neurótico é assim apresentada:

A formação de um ideal do ego é muitas vezes confundida com a sublimação do instinto, em detrimento de nossa compreensão dos fatos. Um homem que tenha trocado seu narcisismo para abrigar um ideal elevado do ego, nem por isso foi necessariamente bem-sucedido em sublimar seus instintos libidinais. (...) É precisamente nos neuróticos que encontramos as mais acentuadas diferenças de potencial entre o desenvolvimento de seu ideal do ego e a dose de sublimação de seus instintos libidinais primitivos. (...) Como vimos, a formação de um ideal aumenta as exigências do ego, constituindo o fator mais poderoso a favor da repressão; a sublimação é uma saída, uma maneira pela qual essas exigências podem ser atendidas *sem* envolver repressão. (FREUD, 1914, p. 101)

A idealização assume, portanto, um lugar central na análise freudiana. Como vimos, no grupo familiar primitivo, o despotismo foi substituído pela subordinação comum a uma exigência restritiva interiorizada e uma parte da energia destrutiva foi canalizada para a luta em prol da conquista da natureza externa. Contra os transgressores, todavia, a manifestação da agressividade primária era liberada e deferida coletivamente, assim como aos indivíduos não pertencentes (exteriores) ao grupo. A manifestação da agressividade primária não era, portanto, inteiramente negada. Ocorre que, na esfera cultural, com o advento do cristianismo, a proibição de matar foi estendida a todo indivíduo (o mandamento “não matarás” é universal), assim como a exigência de amar (deve-se amar até aos inimigos). Qual é o fundamento destas exigências? Elas têm correspondente na realidade? A resposta de Freud é negativa. Trata-se de idealizações, que são ilusórias, do âmbito do desejo.

Como vimos até aqui, em sua condição inicial, as restrições e proibições fundamentais se limitavam aos integrantes do grupo e dela estavam excluídos os elementos externos e o transgressor interno, contra os quais a agressividade primária era deflagrada. Ainda assim, Freud destaca a preocupação evidenciada nesses grupos com relação à possibilidade da extensão da liberação primária para outras situações, evidenciando o medo de regressão. Em *Totem e tabu*, ele se reporta às restrições impostas aos líderes que retornavam da guerra, dentre as quais, a de tomar as refeições junto aos demais e de ter relações sexuais com as mulheres sem antes passar por um período de purificação (FREUD, 1915, p. 305). Com base nessa evidência, ele sustenta que o avanço da civilização em direção à ampliação das restrições morais não deriva de definições éticas ou de decisões racionais, mas da experiência da morte de indivíduos no interior do grupo. A criação das divindades espirituais, segundo evidencia, deriva da presença dos sentimentos ambíguos diante da morte de integrantes do grupo. Ao lado dos sentimentos amorosos de natureza não sexual (afetuosos) compareceriam os sentimentos hostis (agressivos), que seriam



projetados para fora, na forma de espíritos (demônios). Freud o concebe como primeira criação teórica da humanidade.

Ao lado do corpo sem vida do ente amado, passou a existir não só a doutrina da alma, a crença na imortalidade e uma poderosa fonte de sentimento de culpa do homem, mas também os primeiros mandamentos éticos. A primeira e mais importante proibição feita pela consciência que despertava foi: ‘Não matarás’. Surgiu em relação a pessoas mortas que eram amadas, como uma reação contra a satisfação do ódio que se ocultava sob o pesar, estendendo-se gradativamente a estranhos que não eram amados e, finalmente, até mesmo aos inimigos. (FREUD, 1915, p. 305)

Ao analisar o comportamento tardio das massas, em *Psicologia de grupo e análise do ego*, Freud destaca a importância da figura do líder, baseada em vínculos libidinais e não em atributos reais de liderança e em possibilidades efetivas de realização das necessidades e desejos das mesmas. É por isso que elas seriam incapazes de perceber o olhar desinteressado do líder e avaliar os critérios de liderança efetiva. Esta incapacidade de olhar para o líder refletiria o caráter regressivo do comportamento coletivo, marcado pelo medo e pelo terror da autoridade do pai. “É precisamente a *visão* do chefe que é perigosa e insuportável para os povos primitivos, tal como, mais tarde, a da Divindade é para os mortais” (FREUD, 1921, p. 136). Diferentemente dessa condição de medo e de terror primário, a imagem do deus cristão apareceria na figura de um pai amoroso e protetor, interpretada por Freud como suavização da relação com a divindade, constituindo-se numa idealização da figura do pai. Graças à introjeção da figura paterna no ego e de sua elevação à condição de ideal do ego, a exigência civilizatória seria estendida para o âmbito universal.

Em *Reflexões para tempos de guerra e morte*, ao referir-se às ilusões que cultivamos com relação à superação da guerra num mundo supostamente desenvolvido técnica e humanamente, ou pelo menos, caso a guerra fosse inevitável, que se poupassem os não combatentes, destaca o descompasso existente entre os princípios ideais universais de nossas nações modernas e sua interiorização efetiva, que se teria evidenciado inclusive entre pessoas mais intelectualizadas. Nesse sentido, ele refere que o realismo dos povos antigos com relação à possibilidade da morte estava mais próximo do que para nós. Ou seja, é por que julgamos que a morte está superada, tomando por base nosso ideal de civilização, que acabamos sendo surpreendidos pelo seu retorno. A conclusão de Freud é que “Na realidade, nossos concidadãos não decaíram tanto quanto temíamos porque nunca subiram tanto quanto acreditávamos” (FREUD, 1915, p. 294). Tratava-se de uma ilusão.

Retornando ao princípio da civilização evidenciado na instauração da família primeva, podemos perceber que a energia pulsional destrutiva fora canalizada para o trabalho, para a defesa contra os inimigos e, em parte, ficara latente. Assim, a civilização desenvolveu, desde o princípio, uma força contra os inimigos (internos e externos) do grupo. O domínio técnico da natureza, alcançado pela civilização moderna, pode ele próprio ser convertido em forma de destruição. Por isso, com o seu desenvolvimento, aliado ao crescimento da hostilidade dos indivíduos, a civilização passa a investir crescentemente na aplicação de esforços diretamente vinculados à produção de objetos de natureza destrutiva (indústria bélica), capazes de controlar as forças revoltosas dos indivíduos. Podemos perceber, então, que a funcionalização do instinto destrutivo tornou-se extremamente eficaz, sem que houvesse um correspondente desenvolvimento da formação da irmandade humana. A humanidade dos homens, com respeito ao relacionamento inter-

subjetivo, resulta bastante pobre, graças a natureza do processo civilizatório, marcadamente repressivo. A acumulação que se processa no âmbito do domínio técnico, embora tenha um correspondente no âmbito da idealização, sobre o qual repousa, não encontra correspondente no domínio do desenvolvimento humano.

Estamos, pois, no centro da problemática relacionada à constituição da civilização, que se atualiza através de cada indivíduo, em cujo desenvolvimento psíquico confrontam-se os mesmos princípios da vida pulsional em sua relação com o mundo externo. Essa condição se mantém porque, no âmbito biológico, toda criança depende ainda hoje de um longo cuidado que lhe precisa ser dispensado pelos pais, tal qual nos primórdios da vida humana. Trata-se de uma condição da espécie, que se aplica a todos os indivíduos, independentemente do momento histórico em que se situam. Uma condição vinculada à nossa organização biológica, portanto. É no contexto do desenvolvimento da criança que se inscrevem os processos de identificação e sublimação, cujo desenvolvimento se constitui no que podemos chamar de dimensão histórica e experiência singular, e a cujo amarramento Freud atribui a solução de um complexo psíquico, denominado Complexo de Édipo. Quando bem resolvido, resulta numa condição em que o indivíduo é capaz de sublimar, o que na experiência amorosa significa uma capacidade de viver o amor em profundidade, isto é, de operar uma síntese entre o amor sexual e o amor inibido em sua finalidade, constituindo-se numa integridade do ser. Em contraponto a essa integridade, a condição do neurótico aparece como alguém incapaz de reunir num mesmo objeto o desejo sexual e o amor afetivo, precisamente porque o objeto sexual permanece vinculado a uma manifestação imediata do impulso primário e distante do ideal racional que impõe à sua vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREUD, Sigmund (1913). Totem e tabu. IN: \_\_\_\_\_. *Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Coleção Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIII)
- \_\_\_\_\_ (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. IN: \_\_\_\_\_. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)* Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Coleção Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV)
- \_\_\_\_\_ (1915). Reflexões para tempos de guerra e morte. IN: \_\_\_\_\_. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)* Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Coleção Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV)
- \_\_\_\_\_ (1920). Além do princípio do prazer. IN: \_\_\_\_\_. *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Coleção Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII)
- \_\_\_\_\_ (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. IN: \_\_\_\_\_. *Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Coleção Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII)
- \_\_\_\_\_ (1923). O ego e o id. IN: \_\_\_\_\_. *O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Coleção Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX)
- \_\_\_\_\_ (1927). O futuro de uma ilusão. IN: \_\_\_\_\_. *Freud*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores)

- \_\_\_\_\_ (1929). Mal-estar na civilização. IN: \_\_\_\_\_. *Freud*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores)
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix e Editora da USP, s.d.
- LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. Portugal: Publicações Europa-América Ltda., s.d.
- MARCUSE, Herbert. *Cultura e psicanálise*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. (Coleção Leitura)
- POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.